

Direitos humanos e cultura da vida na agenda das políticas públicas e do ensino da saúde como desafios civilizatórios

A Revista Saúde em Redes lança mais um dos seus números regulares. O segundo número de 2019 apresenta artigos originais, de revisão, relatos de experiências e artigos especiais sempre e cada vez mais conectados com os temas da educação e ensino na saúde e saúde coletiva. Além disso, o número atual da Revista Saúde em Redes inaugura algumas mudanças na linha editorial que vimos seguindo, desde a criação. Atentos às normas de avaliação das publicações acadêmicas, foi alterada a periodicidade da nossa revista, que agora tem três números regulares ao ano. Essa mudança procura concentrar as modalidades de artigos utilizadas nas diferentes avaliações externas, para garantir uma trajetória ascendente nas avaliações e, também, a valorização dos artigos aprovados para publicação na Saúde em Redes. Fortalecemos uma mudança iniciada no ano anterior, de chamadas de manuscritos para a diversificação de temas de grande relevância social e acadêmica. O número atual inclui artigos com a temática do “Cuidado sem fronteiras”, mobilizado pelas sucessivas crises humanitárias produzidas, no âmbito das crises sociais e políticas em diferentes países, inclusive no Brasil, que produzem mobilidade de grupos populacionais para além de suas

fronteiras, em busca de melhores condições de vida e saúde.

Sobre essa temática, especificamente, é importante registrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹, firmada em dezembro de 1948, assegura que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. O reconhecimento da condição humana das pessoas é anterior, portanto, à noção de pertencimento a uma Nação. Essa ideia é reafirmada em outros artigos da Declaração, como que “Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”. Há, portanto, uma condição que é anterior à definição das fronteiras de cada país e, mesmo, dos blocos políticos que se formaram ao longo da história e essa condição pressupõe o cuidado sem fronteiras, a ação de políticas públicas e sociais de reconhecimento e afirmação das condições de vida e singularidade de cada pessoa e grupo, no limite do espírito de fraternidade registrado anteriormente. Mais do que isso, “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo ser humano tem o direito de

deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

Ou seja, há uma questão relevante, que também pertence ao mundo da ciência e das políticas sociais, nesse período em que as fronteiras se tornam ponto de conflito, muitas vezes motivado por questões que transcendem às políticas públicas. A visibilidade dos conflitos, onde, normalmente, os segmentos mais expostos à vulnerabilização são inseridos em ciclos de violência e exclusão dupla: no país de origem e no país de destino, mesmo que temporário. Não é apenas o aspecto cultural que se quer ressaltar aqui, que acompanha a história das civilizações há longa data. É a circulação de enunciados de exclusão e de extermínio mesmo dos migrantes, muitas vezes patrocinados pelos atores estatais ou mesmo de forças políticas e institucionais que têm interesses privados nos pontos de conflito. Cabe estimular e desenvolver reflexões mais densas sobre esses fenômenos, inclusive no “calor” dos territórios onde se verificam os momentos agudos dos conflitos. Há um desafio civilizatório colocado à ciência e ao ensino e educação na saúde, onde nos situamos especificamente, para esses momentos. Não é possível aceitar a omissão ou o tangenciamento a essas temáticas, enquanto se dissipa o calor. O momento agudo dos conflitos é também o momento de maior violência e extermínio. Portanto, o momento que demanda mais esforços no plano da circulação de ideias, de produção de conhecimentos capazes de apontar caminhos de superação das crises e, certamente, de fragmentar os componentes

necropolíticos dos discursos e das práticas que atuam não apenas nos momentos de crise, como também, mais diluídos, no cotidiano dos territórios. Usar a expressão e as ideias do professor e pensador camaronês Achille Mbembe aqui não é exercício de retórica. Mbembe apresentou as noções de necropolítica e necropoder para demonstrar como no mundo contemporâneo iniciativas e ações políticas “são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de 'mundos de morte', formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de 'mortos-vivos””. As zonas fronteiriças de diferentes países também têm se tornado territórios onde as linhas de separação “entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem”, solapando a utopia da livre circulação entre os países². Para o autor, “as fronteiras contemporâneas correm o risco de se tornarem lugares de reforço, reprodução e intensificação da vulnerabilidade para grupos estigmatizados e desrespeitados”, que também são “mais marcados racialmente, cada vez mais dispensáveis, aqueles que, na era do desamparo neoliberal, pagam o preço mais alto pelo período em que mais se construíram prisões em toda a história humana”³. A imagem mais visível nos últimos meses dessa afirmação provavelmente é aquela ilustrada pela mídia das prisões nas fronteiras norte-americanas, resultado autoproclamado como necessário e positivo pelo governo Trump, onde famílias são presas e separadas e crianças, separadas dos

pais, são mantidas em jaulas, com baixa atenção, inclusive com casos de mortes negligenciadas. Mas essa imagem também se aplica aos conflitos na fronteira brasileira com a Venezuela, onde, principalmente ao longo dos anos de 2018 e 2019, foram registrados conflitos importantes, que geraram crises sanitárias e políticas.

A Rede Unida realizou, no momento agudo da crise interfronteiras, um seminário em Boa Vista, em agosto de 2018, intitulado “Encontro Saúde do Imigrante: o cuidado sem fronteiras”, envolvendo diversas instituições. Entre outras iniciativas, foi publicada uma chamada de manuscritos sobre a temática, em colaboração com diferentes grupos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa. A iniciativa envolveu a articulação entre a REDE UNIDA, a Revista Saúde e Diversidade, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Roraima (CCS/URFF); o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Roraima; o Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia (LAHPSA/Fiocruz Manaus); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC); a Rede Internacional de Políticas e Práticas de Educação e Saúde Coletiva (Rede Interstício/DGP CNPq); o Grupo de Estudos e Pesquisas em Saúde Internacional e Cooperação (UFMT/DGP CNPq); o Grupo de Estudos Interdisciplinar de Fronteiras (GEIFron/CCH/UFRR/DGP CNPq); o Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde (DAB/MS, Brasil); o Departamento de Desenvolvimento da Educação na Saúde do

Ministério da Educação (DDES/MEC); o Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Internacional e Intercultural da Universidade de Bolonha (CSI/UNIBO, Itália); o Centro de Pesquisas em Antropologia Médica (MARC) da Universidade Rovira i Virgili (URV, Tarragona, Espanha); o Laboratório Italo-Brasileiro de Formação, Pesquisa e Práticas em Saúde Coletiva, envolvendo diversas universidades brasileiras e italianas; e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Dessa iniciativa, foram recebidos mais de vinte artigos, tendo sido aprovados após as sucessivas rodadas de avaliação cega, 14 manuscritos que começam a ser publicados na presente edição. Os artigos, na sua maior parte, são resultados de pesquisas teóricas e empíricas em diferentes países, principalmente no Brasil e em suas fronteiras, na Itália e na Espanha. Oferecemos essa como uma contribuição da Saúde em Redes para renovar a agenda de pesquisas sobre o tema das migrações e políticas públicas, mas também para contribuir com o ensino na saúde e a formulação de políticas públicas mais inclusivas, assim como para atualizar o pensamento e a cultura sobre o fenômeno da migração, na perspectiva dos direitos humanos e dos processos civilizatórios contemporâneos.

Agradecemos as autoras e os autores que têm submetido regularmente, e cada vez mais, artigos para a Saúde em Redes, aos avaliadores e avaliadoras que contribuem com o trabalho invisível e voluntário da análise dos manuscritos submetidos e aos leitores, que fazem circular as ideias e as iniciativas e

conectam os artigos com o cotidiano do ensino da saúde, com iniciativas de extensão e de pesquisa, fechando uma rede que vitaliza a

nossa revista e dá aos conteúdos publicados uma vitalidade grande no cotidiano do ensino e do trabalho na saúde.

Gabriel Calazans Baptista

Alcindo Antônio Ferla

Referências

¹ Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Janeiro de 2019. Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em 03/10/2019.

² Mbembe, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & Ensaios*, revista do ppgav/eba/ufRJ. Rio de Janeiro, n. 32, dezembro 2016. P. 123-151. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em 03/10/2019.

³ Mbembe, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. Rio de Janeiro, *Revista Serrote*, n. 31 (edição eletrônica). Disponível em <https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>. Acesso em 03/10/2019.